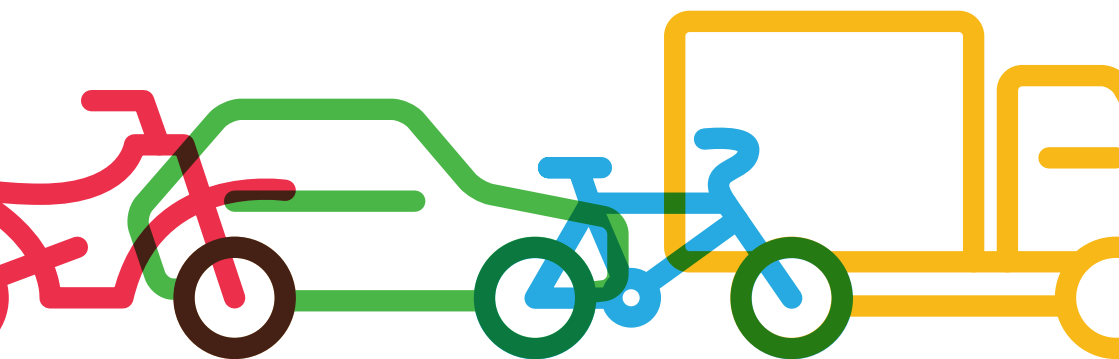


# **MOBILIDADE URBANA**

**ORÇAMENTO TEMÁTICO**



## EXPEDIENTE

**COORDENADORA-GERAL**  
Iara Pietricovski – Inesc

**ORGANIZADORAS**  
Alessandra Cardoso – Inesc  
Carmela Zigoni – Inesc  
Cleomar Souza Manhas – Inesc  
Grazielle Davi Custódio – Inesc

**PARCEIROS**  
Cew-it Uganda  
Movisie NL  
LSA Bewoners  
Movimento Nossa Brasília

**TRADUÇÃO E REVISÃO**  
Luiz Marcos B. L. de Vasconcelos  
e Master Language Traduções e  
Interpretação Ltda.

**PROJETO GRÁFICO**  
Gabriel Menezes

O financiamento para este  
trabalho foi fornecido por  
intermédio da Oxfam Novib.  
Saiba mais em  
[www.e-motiveprogram.org](http://www.e-motiveprogram.org).

## EQUIPE

**CONSELHO DIRETOR**  
Adriana de Carvalho Barbosa  
Ramos Barreto  
Caetano Ernesto Pereira de Araújo  
Guacira Cesar de Oliveira  
Márcia Anita Sprandel  
Sérgio Haddad

**CONSELHO FISCAL**  
Ervin Schmidt  
Romí Márcia Bencke  
Taciana Maria de Vasconcelos  
Gouveia  
Suplente: Augustino Pedro Veit

**COLEGIADO DE GESTÃO**  
Iara Pietricovski de Oliveira  
José Antonio Moroni

**ASSISTENTE DA DIREÇÃO**  
Ana Paula Felipe

**COORDENADORA DA ASSESSORIA  
POLÍTICA**  
Nathalie Beghin

**ASSESSORIA POLÍTICA**  
Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Cleomar Souza Manhas  
Grazielle Custódio David  
Márcia Hora Acioli

**ASSESSORIA TÉCNICA**  
Higor dos Santos Santana  
Janaina Roseli M. dos Santos  
Júlio Campos F. de Alvarenga  
Dyarley Viana de Oliveira

**EDUCADOR SOCIAL**  
Joelson Rodrigues Alves  
Rita Ferreira de Jesus

**ESTAGIÁRIOS:**  
Thallitta de Oliveria  
Vinicius Moreira  
Brenda Knust

## ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**GERENTE FINANCEIRO,  
ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL**  
Maria Lúcia Jaime

**AUXILIARES ADMINISTRATIVOS**  
Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva  
Josemar Vieira dos Santos

**ASSISTENTE DE CONTABILIDADE**  
Miria Thereza Brandão Consiglio

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**  
Juliana Maria de Lima  
Roni Ferreira Chagas

## PRESTADORES DE SERVIÇOS

**CONTABILIDADE**  
LC Mangueira Contabilidade  
Prestadora: Rosa Diná G. Ferreira

**COMUNICAÇÃO**  
Empresa Vértice  
Associado: Jornalista responsável  
– Jorge Cordeiro

**INFORMÁTICA**  
Leal Tecnologia  
Responsável Thiago Leal  
Técnico: Leandro Pereira  
Rodrigues

**DANIELA CRISTINA ROCHA**  
Responsável Daniela Cristina  
Rocha  
Técnico: Wederson Martins  
Oliveira

**APOIO INSTITUCIONAL**  
Charles Stewart Mott Foundation  
Christian Aid  
Embaixada do Reino dos Países  
Baixos  
Fastenopfer  
Fundação Avina em parceria com a  
OAK Foundation e LARCI  
Fundação Heinrich Böll  
Fundação Ford  
GDF Secretaria da Criança  
IBP – Center on Budget and Policy  
Priorities  
Instituto C&A  
Norwegian Church Aid (NCA)  
Oxfam Novib  
Pão para o Mundo (PPM)  
Petrobras  
Secretaria de Estado de  
Desenvolvimento Social e  
Transferência de Renda do Distrito  
Federal (SEDEST/GDF)  
União Europeia  
Unicef

**INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS  
SOCIOECONÔMICOS**  
SCS Quadra 01 – Bloco L, nº 17  
13º Andar Cobertura – Ed. Márcia  
70. 3037-900 - Brasília/DF  
Telefone: + 55 61 3212-0200  
E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)  
Página Eletrônica:  
[www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

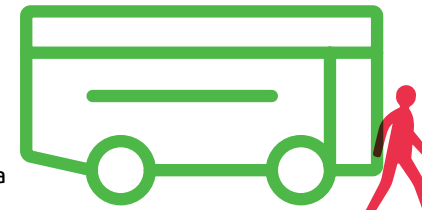


# 1. Orçamento Temático da **Mobilidade Urbana**

O Orçamento Temático da Mobilidade Urbana é uma iniciativa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em parceria com o Movimento Nossa Brasília<sup>1</sup>, e seu objetivo é monitorar o orçamento do Governo do Distrito Federal relativo às políticas públicas de mobilidade urbana no DF, visando à promoção de maior transparência e a efetiva implementação do direito à mobilidade e do direito à cidade, com sustentabilidade ambiental e equidade.

As fontes de informação para checar o orçamento do GDF é o Portal da Transparência, o portal da Secretária de Gestão e Planejamento do DF e o contato com os gestores; e para checar os dados do Governo Federal, utilizamos o **Siga Brasil**, o **Portal da Transparência** e a **Lei de Acesso à Informação (LAI)**.

O Orçamento Temático da Mobilidade Urbana inclui Programas e Ações orçamentários das LOAs 2012 a 2015 que são reflexo da **Política Nacional de Mobilidade Urbana** e do **Estatuto das Cidades** (trânsito, transporte e mobilidade), além de ações que impactam a agenda, mas se encontram em outras áreas do governo, como segurança pública, iluminação, desenvolvimento urbano e saúde.



1 O Orçamento Temático da Mobilidade Urbana é uma atividade realizada no âmbito de um projeto internacional com apoio da Oxfam Novib, em parceria com as organizações Movisie NL e Cew-it, que respectivamente estão aplicando a metodologia em Uganda e Holanda em âmbito local.

Para construção deste Orçamento Temático foram identificadas:

- a) O recurso federal disponível para as políticas de mobilidade conforme definidas no Estatuto das Cidades (Lei 10.257 de 2001) e na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587 de 2012);
- b) As ações no PPA 2012-2015 do GDF;
- c) A LOA 2012 a 2015 do GDF.

### 1.1. O conceito de mobilidade urbana:

A Lei 12.587 de 2012, Artigo 4º, define: “II - mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano”.

A mesma lei traz definições sobre acessibilidade e tipificação dos transportes (individual, coletivo, motorizado ou não, privado, público).

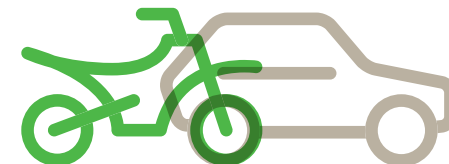
////////////////////////////////////

2 As principais leis que regulam o ciclo orçamentário, geral e relativo ao tema distrital: Constituição Federal, Estatuto das Cidades, Política Nacional de Mobilidade Urbana PPA, LOAs e LDOs (nacionais e locais), Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso a Informação.

*“Contudo, se pretendemos discutir mobilidade urbana a sério, é necessário ultrapassar aquele consenso e perceber como as contradições sociais presentes na cidade se expressam nesta temática.”(mpl.org.br).*

Para este projeto, então, optamos por um conceito de mobilidade urbana que dialogue com a noção de **direito à cidade**:

- a) Melhoria da qualidade do transporte público coletivo e da estrutura para o transporte individual não motorizado;
- b) Democratização do acesso aos territórios e serviços da cidade;
- c) Combate às desigualdades de raça e gênero derivadas da segregação sócio-espacial;
- d) Promoção de políticas que tornem a cidades mais sustentáveis para se viver.



2.

## O que são os Orçamentos Temáticos?

A ferramenta Orçamentos Temáticos foi elaborada pelo Inesc<sup>3</sup> para o monitoramento do Orçamento Federal nas agendas de Igualdade Racial, Criança e Adolescente, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Socioambiental, utilizando dados abertos da plataforma Siga Brasil (Senado Federal), que também hospeda as análises do Inesc no website.

O principal diferencial da metodologia dos OT é a focalização nos *sujeito de direitos*<sup>4</sup>: expande-se, assim, a noção de orçamento para além de órgãos da administração pública, considerando tanto a intersectorialidade das políticas públicas, quanto os impactos de outras políticas sobre um mesmo tema ou território, muitas vezes agindo de maneiras opostas com diferentes interesses.

Considerando a centralidade dos sujeitos de direitos, outro aspecto fundamental da metodologia é o diálogo permanente com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam em torno de um determinado tema.

////////////////////////////////////

3 A partir do trabalho do Inesc, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) desenvolveu uma metodologia para a elaboração do Orçamento Temático Mulheres, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para o Orçamento Temático de SAN.

4 O foco nos sujeitos de direitos estão preconizados na metodologia do Inesc Orçamento e Direitos. Para conhecer mais acesse: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/metodologia-do-inesc/manual-de-formacao-em-orcamento-e-direitos-orcamento-publico-para-a-promocao-dos-direitos-humanos/view>.

# 3. Diálogo com os **sujeitos de direitos**

Para construir este orçamento temático foi realizada uma parceria com o Movimento Nossa Brasília, que possui um Grupo de Trabalho dedicado a discutir a mobilidade urbana. Foram realizadas reuniões com o GT, e também outros convidados e ativistas para discutir o orçamento do GDF e, considerando as diretrizes das políticas públicas de mobilidade vigentes, identificamos os seguintes **Programas Orçamentários** em âmbito distrital que poderiam impactar a mobilidade urbana no DF:

- 6215 – Transito seguro
- 6216 – Transporte Integrado e Mobilidade
- 6217 – Segurança Pública
- 6208 – Desenvolvimento Urbano
- 6210 – Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 6209 - Energia

No que diz respeito às **Ações Orçamentárias**, o temático contará com todas as ações dos Programas **6215** e **6216**. Além disso, foram selecionadas ações estratégicas nos demais programas:

- a) 6217 – Segurança Pública: **4031** – Monitoramento de Câmera por Vídeo e **7037** – Construção de Postos da Polícia Rodoviária
- b) 6208 – Desenvolvimento Urbano: **1471** – Modernização de sistema de informação (FUNDURB<sup>5</sup>), **3145** – Imple-

////////////////////////////////////

5 Fundo de Desenvolvimento Urbano.

mentação dos Instrumentos de Planejamento Territorial e Urbano, **3151** – Conferência das Cidades, **4965** – Monitoramento Territorial e Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, **4984** – Elaboração de Norma Urbanística, **3148** – Elaboração de Projetos de Circulação Intermodal, **1287** – (EP) Alargamento de vias, **3938** – Revitalização de áreas urbanizadas (SO, FUNDURB e CCDF).

c) **6210** – Meio Ambiente e Recursos Hídricos: **3217** – Implantação do programa de inspeção veicular e **3218** – Construção dos centros de inspeção veicular.

d) **6209** – Energia: **1763** – Ampliação da Rede de Iluminação Pública e **1836** – Ampliação dos pontos de iluminação pública.

A partir dessa eleição, é possível iniciar um debate amplo com o Governo defendendo a necessidade de planejamento, execução e monitoramento intersetorial desta política, que não se limita ao transporte.

Por demanda dos movimentos, como informação complementar também foram levantados dados do recurso da **saúde** relacionado aos acidentes de trânsito, por meio do DATASUS, da LAI e do DPVAT.



# 4.

## Monitorando o Orçamento Público

### 4.1. Receitas

As receitas da Política de Mobilidade Urbana são compostas por recursos: municipais, estaduais, federal e internacionais. Sendo que os internacionais são no formato de financiamento / empréstimo.

O recurso da Orçamento Geral da União para a Mobilidade Urbana é repassado aos entes federados por meio de 1.convênios e 2. Contratos de repasse ou termos de compromisso. São exemplos destes contratos os realizados via: Caixa Econômica Federal (FGTS) e BNDES (especialmente os recursos ligados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal); que funcionam no modelo de financiamento / empréstimo.

O Orçamento Federal para a Mobilidade ocorre em dois blocos: de infraestrutura e de operação/manutenção. Sendo que o montante do bloco de financiamento para infraestrutura vindo da União é sempre maior do que o de manutenção, cujas atividades são habitualmente bancadas pelos recursos locais.

Com relação às receitas do transporte coletivo, estas podem ser classificadas como 1.tarifárias e 2.extra-tarifárias. As tarifárias são compostas pelo pagamento das passagens dos usuários e pelo vale-transporte. As extra-tarifárias são compostas por subsídios público, por propagandas, por licença de comércio em terminais.



## 4.2. Despesas

### 4.2.1. Governo Federal

Com relação às despesas, identificamos as Funções e Sub-funções do Orçamento Federal que impactam a mobilidade urbana em âmbito distrital<sup>6</sup>:

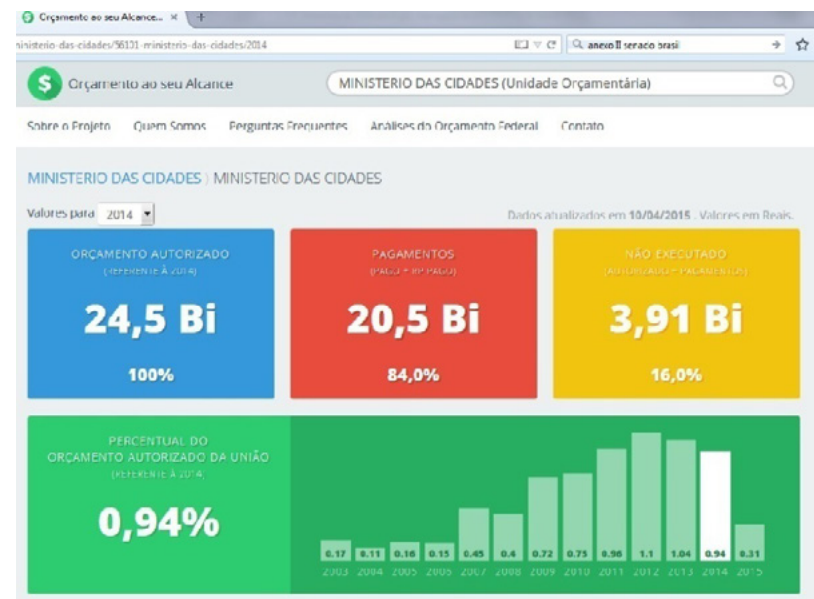
- a) **Função: Urbanismo**  
Sub-função: Infraestrutura Urbana;  
Transportes Coletivos Urbanos;
- b) **Função: Transporte**  
Subfunção: Transporte Rodoviário;
- c) **Função: Segurança Pública**  
Sub-função: Policiamento.
- d) **Função: Gestão Ambiental**  
Sub-função: Ordenamento Territorial

O principal programa orçamentário do Governo Federal que se remete à mobilidade urbana é o **Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito** (Função Urbanismo; Sub-Função Transportes Coletivos Urbanos) e a principal ação a **Ação 1055 – Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano** que é exclusivamente executada pelo Ministério das Cidades.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> O Orçamento ao Seu Alcance:

<sup>7</sup> Dentro do Programa 2048, existem 25 Ações orçamentárias, além da Ação 10ss. Para ver a tabela completa de Ações do Programa 2048, acesse os anexos a este temático ou

Com relação aos órgãos executores, em nível federal teríamos o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça. Com relação ao primeiro, onde se concentram a maioria das funções relativas à mobilidade urbana, em 2014 a execução foi relativamente boa, mas 16% do orçamento **não** foi executado (3,9 bilhões de reais)<sup>6</sup>.



O Orçamento ao Seu Alcance, Inesc. Acesso em 2015.

Apesar de o GDF não ter um Plano de Mobilidade Urbana, como preconizado na Lei 12.587 de 2012, o Ministério das

realize uma consulta no Portal Siga Brasil.

Cidades tem realizado contratos de repasse em formato de Termo de Compromisso. Porém, não é possível visualizar o montante repassado para o DF pelo Portal Siga Brasil (usando o filtro UF). Mesmo assim, ao realizar a pesquisa, a Ação que aparece não apresenta valores para 2014.

UF	Órgão (Cod/Desc)	Função (Cod/Desc)	Subfunção (Cod/Desc)	Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PO (Cod/Desc)	Autorizado	Empenhado	Pago	RP Pago
DF	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES	15 - URBANISMO	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	105T - APOIO A PROJETOS DE SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO NÃO-MOTORIZADOS	0000 - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE NÃO-MOTORIZADOS	0,00	0,00	0,00	0,00

Solicitamos uma informação via LAI neste sentido, mas a resposta não foi satisfatória:

*"Cabe ressaltar que desde 2010 o Governo Federal tem apoiado a execução de 14 empreendimentos de Mobilidade Urbana no DF, dentre eles a execução da DF-047, concluída em maio de 2014 (R\$ 54,22 milhões foram efetivamente pagos, relativos recursos de financiamento público e contrapartida do GDF). Além deste empreendimento, está em operação, o Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul, que possui um orçamento de R\$ 761,39 milhões dos quais cerca de 80% já foram efetivamente pagos. Os demais empreendimentos estão com contratação em andamento e terão recursos liberados de acordo com o cronograma de obras e os boletins de medição que atestam a execução física de cada empreendimento."*

Outro Programa Orçamentário que dialoga com o orçamento local é o 2054 – Planejamento Urbano, que se encontra dentro das Funções Urbanismo e Gestão Ambiental, e teve recursos liberados em 2014 no valor de R\$1.600.000,00.

UF	Órgão (Cod/Desc)	Programa (Ação (Cod/Desc)	PO (Cod/Desc)	Autorizado	Empenhado	Pago	RP Pago
DF	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES	2054 - PLANEJAMENTO URBANO	1073 - APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0000 - APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - DESPESAS DIVERSAS	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00

Consultamos, ainda no Portal da Transparência, os repasses realizados pelo instrumento "Convênio": foram conveniados R\$ 4.650.795,97 no período do PPA 2012-2015.

Numero	Objeto	Município	Concedente	Valor Convênio	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
67566	APLICACAO DO SIA DO DPIV E AEROPORTO INTERNACIONAL JK	BRASILIA	DISTRITO FEDERAL	12.602.617,58	03/06/2015	415.151,00
66862	APLICACAO DOS SES DE REAZLANDIA IMPLANTACAO DE REDE COLETO RA BANASCODOMIAIS LIGACOES E ETE	BRASILIA	DISTRITO FEDERAL	536.918,24	06/03/2015	16.579,66
66815	APLICACAO DOS SES DE SOBRADINHO IMPLANTACAO DE REDE COLETO RA ESTACAO ELEVATORIA E LINHA DE RECALQUE	BRASILIA	DISTRITO FEDERAL	6.675.585,90	06/03/2015	103.750,83
66855	APLICACAO DOS SES DE SAUA NEGRA IMPLANTACAO DE ESTACAO ELEVATORIA	BRASILIA	DISTRITO FEDERAL	524.685,00	08/06/2015	7.305,94
66856	APLICACAO DOS SES DE BRASLIA REDE COLETO RA INTERFACIAS COM SUPERINVESTIGAO E ELEVATORIA	BRASILIA	DISTRITO FEDERAL	5.940.733,54	20/04/2015	20.034,52
67976	EXECUCAO DO PROJETO INTEGRADOS NO ARRETO DA SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, RESULANTE DO AE 8074-BR, NAS ACOES DE COORDENACAO E DE GERENCIAMENTO NECESSARIAS A IMPLANTACAO PARCIAL DOS COMPONENTES-SANEAMENTO BASICO E 4-COORDENACAO INTERSETORIAL E PLANEJAMENTO INTEGRADO, COM O FCT BRASILIENSES FEERADO COM O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA A AGRICULTURA - IICA	BRASILIA	INST INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA A AGRICULTURA	34.366.130,00	16/05/2014	2.496.900,00
67463	EXECUCAO DO PROJETO INTEGRADOS NO ARRETO DA SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, RESULANTE DO AE 8074-BR, FEERADO COM O BANCO MUNDIAL, NAS ACOES DE COORDENACAO E DE GERENCIAMENTO NECESSARIAS A IMPLANTACAO PARCIAL DOS COMPONENTES 3 - SANEAMENTO BASICO E 4 - COORDENACAO INTERSETORIAL E PLANEJAMENTO INTEGRADO	BRASILIA	SECRETARIA GERAL DA ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS	34.366.130,00	28/05/2013	1.496.670,00
59743	Urbanizacão de Favelas	BRASILIA	DISTRITO FEDERAL	9.886.999,27	12/03/2012	85.677,00

**PRÓXIMOS PASSOS** Realizar reunião com Secretaria de Orçamento do Ministério das Cidades para compreender como rastrear os recursos dos convênios nos Programas Orçamentários repassados ao DF entre 2012-2015.

#### 4.2.2. Governo do Distrito Federal (Brasília)

Os dois principais Programas Orçamentários ligados à política de mobilidade urbana no Distrito Federal (DF) são o **6215 -Trânsito Seguro** e o **6216 – Transporte Integrado e Mobilidade**. Porém, como dito acima, também foram inseridos outros programas de interesse da mobilidade urbana vista como um conceito amplo de cidadania e acesso à cidade. Até o presente momento, analisamos o orçamento do ano de 2014 até junho de 2015. No entanto, os anos de 2012 e 2013 serão inseridos na análise deste temático. Vejamos abaixo algumas análises:

##### 6215 – Trânsito seguro

A Ação **2460 – Campanhas Educativas de Trânsito**, executada pelo DETRAN<sup>8</sup> e DER<sup>9</sup>, apesar de ter recurso autorizado considerável em 2014 (R\$23.610.090,00), teve baixa execução orçamentária – o valor do empenho naquele ano foi de R\$6.565.283,00. Em 2015, o recurso autorizado foi de R\$22.703.534,00, mas até junho o governo só empenhou R\$3.534.793,00. Já a Ação **2904 – Manutenção da Escola Viven-**

8 DETRAN: Departamento de Trânsito.

9 DER: Departamento de Estradas e Rodagem.

**cial de Trânsito**, executou pouco mais da metade do recurso em 2014 – foram R\$175.407,00 empenhados.

Por outro lado, a Ação **2541 – Policiamento e Fiscalização do Trânsito**, executada pelos mesmos órgãos, teve execução muito melhor: dos R\$89.218.401,00 autorizados em 2014, foram empenhados R\$56.739.491,00.

As ações de sinalização também tiveram baixa execução: a Ação **4101 – Sinalização Horizontal e Vertical**, que executou apenas 1/3 do recurso autorizado de R\$13.700.000,00; **3208 – Implantação de Sinalização Semafórica**, teve apenas R\$ 100.000,00 em 2014 e nada empenhado; e **3209 – Implantação de Sinalização Estatigráfica**, teve R\$599.000,00 autorizado, e R\$116.008,00.

Em compensação, o recurso da Ação **8505 – Publicidade e Propaganda**, a ser executado pelo DETRAN neste programa e pelo DER no 6216, teve recursos autorizados em 2014 de R\$168.872.766,00 dos quais foram empenhados quase a totalidade, R\$159.123.423,00 (e liquidados R\$147.170.573,00). Em 2015 essa ação teve R\$137.798.035,00 de recursos autorizados, em plena “recessão local”, dos quais já foram empenhados R\$28902027,00 e efetivamente liquidados (ou seja, saíram dos cofres públicos), R\$7.514.937,00.

##### 6216 – Transporte Integrado e Mobilidade

Apesar de terem destinado recursos em 2012 para construção de abrigos para passageiros de ônibus, a Ação **1506 – Construção de Abrigos para Passageiros de Ônibus**, que teve execução zero, mesmo tendo recursos autorizados de R\$1.951.583,00 em 2014, e R\$ 7.762.045,00 (!) em 2015. A Ação **3087 – Execução de Obras de Acessibilidade** teve R\$62.22.720,00 autorizados em 2014 e

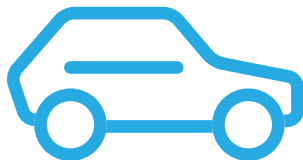


apenas (!) R\$135.664,00; em 2015, abaixou-se o recurso autorizado para essa ação (R\$3.901.500,00), mas em compensação, a execução melhorou – até junho R\$667.028,00 já haviam sido empenhados e R\$275.286,00 liquidados.

Já a ação **1226 – Compensação Ambiental em Áreas de Interesse do Transporte**, teve R\$441.065,00 e R\$180.338,00; em 2015 esse recurso subiu para R\$7.562.029,00 e já está sendo gasto. É importante dizer que essa ação vem associada aos processos de desapropriação, que quase nunca ocorrem de forma tranquila, sendo a compensação ambiental o mínimo a ser feito para restituir a sociedade – a **Ação 2329 - Desapropriação de Áreas de Interesse** não teve recursos em nenhuma fase do ciclo orçamentário de 2014.

No setor metroviário, a **Ação 5002 – Reforma das edificações do sistema metroviário** teve uma execução ínfima em 2014, de 511 reais; e do recurso autorizado para este ano, de R\$700.000,00 nada foi gasto. Para a implantação de corredores exclusivos e para modernização do sistema metroviário (ação 4125) nada foi destinado, apesar de planejado.

Por fim, uma vez que o metrô não tem investido em ampliação nem em modernização, apesar do crescimento exponencial da demanda da população na região que atende, uma das únicas possibilidades de promover um melhor serviço aos usuários seria com a compra de novos trens – aumento da frota, para que os mesmos passassem em menor intervalo de tempo e com respeito ao limite da capacidade de passageiros. Ainda assim, os dados orçamentários mostram que nem mesmo essa opção de respeito aos usuários do metrô está ocorrendo: na **Ação 3134 – Aquisição de Novos Trens**, dos R\$ 294.500.000 destinado inicialmente, apenas R\$ R\$ 331.535 foram empenhados, em 2014. Em 2015, até a metade do ano, dos R\$ 49.010.000 destinados inicialmente, apenas R\$ 160.521 foram empenhados. Enquanto isso, a



realidade é de trens absurdamente lotados, especialmente nos horários de pico; trens que chegam a demorar 20 minutos para passar; e trens que quebram em pleno horário de pico gerando grandes riscos e prejuízos à população.

Identificamos que houve recurso autorizado disponível para implantação de **ciclovias (Ação 3090)**, a ser executado pela Teracap, no montante de R\$13.957.083,00 (2012), R\$5.027.048,00 (2013), R\$3.566.531,00 (2014) e R\$6.838.626,00 (2015), mas o recurso empenhado foi de apenas R\$ 1.358.656,00 em 2012. Apesar disso, foram implantados quase 400km de ciclovias no período. Conversamos então um gestor responsável pelo planejamento e implantação das ciclovias onde fomos informados que o dinheiro para a construção das ciclovias vem de 2010, quando estava sobrando um dinheiro na Novacap e não se sabia em que investir. Diante deste fato, os movimentos sociais de ciclistas conseguiram articular para que o dinheiro fosse utilizado na construção de ciclovias, tendo o recurso sido licitado para a construção de 300 Km. O restante dos 100 km foi construído com o R\$ 1 milhão executado em 2012, o que corresponde à informação do gestor de que para construir 1 Km de ciclovia é necessário R\$ 100.000,00. Porém, é importante destacar que no período do PPA 2012-2015, R\$ 29.389.288,00 que foram previamente destinados para a construção de ciclovias deixaram de ser investidos.

## 6217 – Segurança Pública

Neste programa, elegemos duas Ações: **4031 – Monitoramento de Câmera por Vídeo** e **7037 – Construção de Postos da Polícia Rodoviária**. Com relação à **4031**, em 2014 foram autorizados recursos no valor de 13.414.277,00, empenhado todo o recurso e liquidado (pago) 6.383.022,00. Já em 2015, foi autorizado 1/3 desse recurso: R\$4.309.000,00 e apenas R\$1445831,00 haviam

sido empenhados. Será preciso consultar os gestores dessa pasta para saber onde essas câmeras foram instaladas, e aguardar até dezembro para saber se a execução de 2015 será boa. Com relação à **7037**, nenhum recurso foi disponibilizado em 2014 e 2015.

Uma questão importante discutida no GT Mobilidade Urbana do Movimento Nossa Brasília é a forma como esta ação é implementada, uma vez que os usuários da política, especialmente mulheres, se sentem inseguras de circular a pé ou de bicicleta em diversos lugares da cidade – seria muito importante, portanto, que o governo pudesse dialogar com a sociedade civil com relação a esta ação. Já a outra ação selecionada, **7037 – Construção de postos da polícia rodoviária (DER)**, não teve recursos nem em 2014, nem em 2015.



## 6208 – Desenvolvimento Urbano

No que diz respeito ao Programa 6208 – Desenvolvimento Urbano, além de **não** ter recursos para a Conferência das Cidades, das 8 ações selecionadas deste programa, relacionadas à mobilidade, apenas 3 tiveram dotação orçamentária, e apenas 1 conseguiu executar recursos em 2014 e 2015. Ações importantes como **4965 – Monitoramento Territorial e Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal** e **3151 – Conferência das cidades** não tiveram dotação orçamentária alguma em nenhum dos anos deste PPA (2012 a 2015).

As que tiveram dotação, todas executadas pela SEDHAB, foram a **1471 – Modernização de sistema de informação (FUNDURB)**, R\$69.658.069,00 autorizados em 2014, R\$ 36.237.851,00 empenhados; **3145 – Implementação dos Instrumentos de Planejamento Territorial e Urbano**, teve boa dotação no primeiro ano (R\$533.164,00), com boa execução (R\$527.330,00 empe-

nhados), porém, sem recursos em 2013, 2014 e com apenas R\$30.000,00 esse ano – é preciso ver o que de fato foi feito para a implantação destes instrumentos, e se o recurso foi bem utilizado para o fim a que se destinava; por fim, a **3938 – Revitalização de Áreas Urbanizadas (SO, FUNDURB e CCDF)**, que em 2012, 2013 e 2014 não teve recurso, e em 2015 autorizaram o recurso de R\$10.025.455,00, mas nada foi empenhado até junho.

### **6210 – Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

Com relação a este programa, selecionamos 2 ações relativas à inspeção veicular, **3217** e **3218**, respectivamente Implantação do Programa de IV e Construção dos Centros de IV: no primeiro caso, nenhum recurso autorizado em 2014 e apenas 20 mil reais em 2015, e no segundo caso, recurso algum nestes 2 anos, resultado lamentável, considerando serem estas ações urgentes para reduzir os impactos da poluição no DF.

## 6209 - Energia

Com relação a este programa, selecionamos as ações **1763 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública (Iluminação)** e **1836 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública**: a primeira, com boa dotação autorizada e empenhada em 2014 e 2015, R\$33.159.442,00 autorizados/empenhados no primeiro caso, e R\$57.730.343,00 autorizados no segundo, já todo empenhado. No caso da segunda, apenas R\$2.184.063,00 e a metade empenhado; e este ano, R\$740782,00 autorizados, já empenhados. É preciso monitorar, neste caso, se o recurso atende à demanda de expansão, e se está sendo executado em áreas cuja prioridade se orienta pelo princípio das cidades democráticas.

**Atenção:** a tabela completa do Orçamento Temático da Mobilidade Urbana, com Programas e Ações orçamentários de 2012 a 2015, está disponível no site do Inesc, para download: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

## A questão da saúde

Com relação à saúde, a demanda dos movimentos sociais para este temático era a de comparação do gasto com acidentes de transportes com o investimento em mobilidade urbana, no sentido de verificar o desnecessário gasto de recursos públicos ocasionado pela falta de investimentos em um trânsito mais seguro.

De acordo com dados do DPVAT<sup>10</sup> (Seguradora Líder), o DF, quando comparado com os demais estados da Federação, apresenta baixa participação nas indenizações pagas por morte (1,19%). Porém, apresenta o maior aumento destas indenizações nacionalmente quando compara-se o período de janeiro e a março de 2015 com janeiro a março de 2014. Houve um aumento de 33%, enquanto na maioria dos estados teve uma redução.



////////////////////////////////////

<sup>10</sup> <http://www.seguradoralider.com.br/SitePages/boletim-estatistico.aspx>

## Indenizações Pagas por UF - Morte

Região	UF	Qtde	Qtde	% Região	% Brasil	Δ%
		Jan a Mar 2014	Jan a Mar 2015	Jan a Mar 2015	Jan a Mar 2015	Jan a Mar 2015 / Jan a Mar 2014
Sudeste	SP	1.970	1.801	42,60%	15,31%	-8,58%
	MG	1.330	1.421	33,61%	12,09%	6,84%
	RJ	938	762	18,02%	6,49%	-18,76%
	ES	256	244	5,77%	2,07%	-4,69%
<b>Total Sudeste</b>		<b>4.494</b>	<b>4.228</b>	<b>100%</b>	<b>35,96%</b>	<b>-5,92%</b>
Nordeste	BA	813	737	21,66%	6,27%	-9,35%
	CE	698	624	18,34%	5,30%	-10,60%
	MA	506	507	14,90%	4,31%	0,20%
	PE	548	501	14,73%	4,26%	-8,58%
	PI	320	301	8,85%	2,56%	-5,94%
	PB	259	246	7,23%	2,09%	-5,02%
	AL	169	188	5,53%	1,60%	11,24%
	RN	208	182	5,35%	1,55%	-12,50%
SE	170	116	3,41%	0,99%	-31,76%	
<b>Total Nordeste</b>		<b>3.691</b>	<b>3.402</b>	<b>100%</b>	<b>28,93%</b>	<b>-7,83%</b>
Sul	PR	931	915	48,41%	7,78%	-1,72%
	RS	571	502	26,56%	4,27%	-12,08%
	SC	483	473	25,03%	4,02%	-2,07%
<b>Total Sul</b>		<b>1.985</b>	<b>1.890</b>	<b>100%</b>	<b>16,07%</b>	<b>-4,79%</b>
Centro-Oeste	GO	575	561	45,50%	4,77%	-2,43%
	MT	351	324	26,28%	2,76%	-7,69%
	MS	200	207	16,79%	1,76%	3,50%
	DF	106	141	11,44%	1,19%	33,02%
<b>Total Centro-Oeste</b>		<b>1.232</b>	<b>1.233</b>	<b>100%</b>	<b>10,48%</b>	<b>0,08%</b>
Norte	PA	484	475	47,17%	4,04%	-1,86%
	TO	114	145	14,40%	1,23%	27,19%
	RO	124	137	13,60%	1,16%	10,48%
	AM	114	112	11,12%	0,95%	-1,75%
	AC	66	54	5,36%	0,46%	-18,18%
	RR	46	50	4,97%	0,43%	8,70%
	AP	51	34	3,38%	0,29%	-33,33%
<b>Total Norte</b>		<b>999</b>	<b>1.007</b>	<b>100%</b>	<b>8,56%</b>	<b>0,80%</b>
<b>Total Brasil</b>		<b>12.401</b>	<b>11.760</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>-5%</b>

Pelo DPVAT, o valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte, até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O pagamento é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após o envio da documentação exigida.

De acordo com dados do Datasus<sup>11</sup>, a quantidade de óbitos decorrentes de acidentes de transporte no DF em 2013 (último ano de dados do Sistema) foi de 542. **Portanto, em 2013, o DF teve um gasto com indenização por morte decorrente de acidentes de transporte no total de R\$ 7.317.000 (R\$ 13.500 x 542).**

De acordo com estudo do Ipea<sup>12</sup>, um acidente de trânsito com morte apresenta um custo médio de R\$144.143. **Considerando então que o custo social de acidentes com morte é indireto, temos que, em 2013, o DF teve uma perda de receita potencial de R\$ 138.997.526 (542 mortes x R\$ 256.453 do valor com preço atualizado pelo IPCA de dezembro de 2013).**

De acordo com dados do Datasus, a quantidade de internações no DF decorrentes de acidentes de transporte são 2.336 em 2013, 2.566 em 2014 e até junho de 2015 de 1.206. E de acordo com o estudo do Ipea<sup>2</sup>, o custo médio da internação decorrente de acidente de transporte era de R\$ 47.588 a preço de abril de 2003. Com os valores atualizados pelo IPCA, temos que: **em 2013, o DF teve um gasto médio com internações decorrentes de acidentes de transportes de R\$ 197.779.776 (custo médio da internação de R\$ 84.666 X 2336 internações).**

Em 2014, o DF teve um gasto médio com internações de R\$ 231.735.506 (custo médio da internação de R\$ 90.091 X 2566

internações). Já em 2015, até junho, o DF teve um gasto médio com internações de R\$ 115.355.106 (custo médio da internação de R\$ 95.651 X 1206 internações).

Somando as despesas para o ano de 2013, temos o gasto de R\$ 7.317.000 com indenização por morte decorrente de acidentes de transporte + R\$ 138.997.526 de perda de receita potencial com o custo social indireto de acidentes com morte + R\$ 197.779.776 com gasto médio com internações decorrentes de acidentes de transportes resultando em um total **R\$ 334.094.302.**

Quando consideramos este valor dentro do Orçamento temático de Mobilidade Urbana do DF, é possível observar sua imensa relevância. Para a ação de Campanhas educativas de trânsito, importante instrumento para evitar acidentes, o valor da dotação inicial em 2014 foi de R\$ 23.610.090 e empenhado foi apenas R\$ 6.565.283, o que corresponde a apenas 7% e 1,9%, respectivamente, dos gastos com os acidentes.

Com relação à ação manutenção da escola vivencial do trânsito, que educa as crianças do ensino fundamental sobre segurança no trânsito, foram destinados inicialmente em 2014 R\$ 302.739 e empenhados R\$ 175.407, o que corresponde a apenas 0,009% e 0,005%, respectivamente, dos gastos com os acidentes.

Foram trabalhados os valores empenhados e liquidados pois são os dados orçamentários aos quais tivemos acesso por ação orçamentária. Quando solicitamos os valores pagos e restos a pagar, não tivemos acesso, com a justificativa de que havia inconsistência nos dados devido às limitações tecnológicas do sistema de informação.



////////////////////////////////////

11 <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>

12 [http://www.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/04/27/2F53A25B-BC5F-4AA3-817E-ACF6E3F7AD0C.pdf](http://www.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/04/27/2F53A25B-BC5F-4AA3-817E-ACF6E3F7AD0C.pdf)



REALIZAÇÃO



PARCEIROS

